

ADENDO AO PARECER Nº – PLEN

(ao PLS nº 192, de 2011 – Complementar)

A Emenda nº – PLEN ao PLS nº 192, de 2011 – Complementar, passa a vigorar com a seguinte redação:

EMENDA Nº – PLEN (SUBSTITUTIVA)

(ao PLS nº 192, de 2011 – Complementar)

Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, observado o disposto no art. 4º, serão entregues da seguinte forma:

I – os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no FPE a serem aplicados até 31 de dezembro de 2015 são os constantes do Anexo Único desta Lei Complementar;

II – a partir de 1º de janeiro de 2016, cada entidade beneficiária receberá valor igual ao que foi distribuído no correspondente decêndio do exercício de 2015, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que vier a substituí-lo e pelo percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento) da variação real do Produto Interno Bruto nacional do ano anterior ao ano considerado para base de cálculo;

III – também a partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela que superar o montante especificado no inciso II será distribuída proporcionalmente a coeficientes individuais de participação obtidos a partir da combinação de fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar *per capita* da entidade beneficiária, assim definidos:

a) o fator representativo da população corresponderá à participação relativa da população da entidade beneficiária na população do País, observados os limites superior e inferior de, respectivamente, 0,07 (sete centésimos) e 0,01 (um centésimo), que incidirão uma única vez nos cálculos requeridos;

b) o fator representativo do inverso da renda domiciliar *per capita* corresponderá à participação relativa do inverso da renda domiciliar *per capita* da entidade beneficiária na soma dos inversos da renda domiciliar *per capita* de todas as entidades.

§ 1º Em relação à parcela de que trata o inciso III do *caput*, serão observados os seguintes procedimentos:

I – a soma dos fatores representativos da população e a dos fatores representativos do inverso da renda domiciliar *per capita* deverão ser ambas iguais a 0,5 (cinco décimos), ajustando-se proporcionalmente, para esse efeito, os fatores das entidades beneficiárias;

II – o coeficiente individual de participação será a soma dos fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar *per capita* da entidade beneficiária, observados os ajustes previstos nos incisos III e IV;

III – os coeficientes individuais de participação das entidades beneficiárias, cujas rendas domiciliares *per capita* excederem valor de referência correspondente a 71% (setenta e um por cento) da renda domiciliar *per capita* nacional, serão reduzidos proporcionalmente à razão entre o excesso da renda domiciliar *per capita* da entidade beneficiária e o valor de referência, observado que nenhuma entidade beneficiária poderá ter coeficiente individual de participação inferior a 0,005 (cinco milésimos);

IV – em virtude da aplicação do disposto no inciso III, os coeficientes individuais de participação de todas as entidades beneficiárias deverão ser ajustados proporcionalmente, de modo que resulte em soma igual a 1 (um).

§ 2º Caso a soma dos valores a serem distribuídos, nos termos do inciso II do *caput*, seja igual ou superior ao montante a ser distribuído, a partilha dos recursos será feita exclusivamente de acordo com o referido inciso, ajustando-se proporcionalmente os valores.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, serão considerados os valores censitários ou as estimativas mais recentes da população e da renda domiciliar *per capita*, publicados pela entidade federal competente.” (NR)

Art. 2º O art. 92 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 92.** O Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S.A., conforme os prazos a seguir especificados, os coeficientes individuais de participação nos fundos previstos no art. 159, inciso I, alíneas *a, b e d*, da Constituição que prevalecerão no exercício subsequente:

I – até o último dia útil do mês de março de cada exercício financeiro, para cada Estado e para o Distrito Federal;

II – até o último dia útil de cada exercício financeiro, para cada Município.

§ 1º Far-se-á nova comunicação sempre que houver, transcorrido o prazo fixado no inciso I do *caput*, a criação de novo Estado a ser implantado no exercício subsequente.

§ 2º Para os coeficientes dos Estados e do Distrito Federal que vigorarão no exercício de 2013, a comunicação referida no *caput* será feita até trinta dias após a publicação desta Lei Complementar.” (NR)

Art. 3º O art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 102.** Entidade competente do Poder Executivo Federal fará publicar no Diário Oficial da União, para os fins previstos no inciso VI do art. 1º desta Lei, a relação das populações:

I – até 31 de dezembro de cada ano, no caso dos Estados e do Distrito Federal;

II – até 31 de agosto de cada ano, no caso dos Municípios.

Parágrafo único. Far-se-á nova comunicação sempre que houver, transcorrido o prazo fixado nos incisos I e II do *caput*, a criação de novo Estado ou Município, a ser implantado no exercício subsequente.” (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar vigorará no período compreendido entre a data da sua publicação e 31 de dezembro de 2017,

produzindo efeitos financeiros no primeiro mês que se iniciar após sessenta dias contados da primeira data.

Parágrafo único. Até que nova lei complementar disponha sobre os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, permanecerão em vigor aqueles fixados por esta Lei Complementar.

Art. 5º Ficam revogados os arts. 86 a 89 e 93 a 95 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

ANEXO I: DESCRIÇÃO DOS PROJETOS

1. PLS Nº 192, DE 2011

A iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin introduz a variável ambiental e indígena na partilha do FPE e substitui o critério regional pelo critério da diferença entre a renda *per capita* nacional e estadual, atribuindo-se tratamento preferencial aos entes federativos com menor nível de renda. As regras de rateio são as seguintes:

1. 88% aos entes federativos com renda *per capita* inferior à média nacional:
 - a) 40% pelo inverso da renda *per capita*;
 - b) 40% pelo inverso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ente federativo;
 - c) 8%, em partes iguais, aos cinco entes mais populosos;
2. 10% aos entes federativos com renda *per capita* igual ou superior à média nacional:
 - a) 5% pelo inverso da renda *per capita*;
 - b) 5% pelo inverso do IDH do ente federativo;
3. 2% aos entes federativos que abriguem áreas protegidas para conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

2. PLS Nº 289, DE 2011

A iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, entre outros, propõe as seguintes regras de rateio:

1. 25% de acordo com a diferença entre o maior IDH de um ente da Federação e o IDH de cada ente;
2. 10% de acordo com a variação decenal do IDH;
3. 13% de acordo com o inverso da renda *per capita*;

4. 22% de acordo com o tamanho da população;
5. 5% de acordo com a participação da superfície territorial do ente em relação ao território nacional;
6. 5% de acordo com o coeficiente de atendimento domiciliar de água tratada;
7. 5% de acordo com o coeficiente de cobertura de esgoto domiciliar;
8. 5% de acordo com a área territorial ocupada com unidades de conservação e áreas indígenas;
9. 10% de acordo com a proporção inversa do PIB de cada ente federativo.

Os resultados obtidos com o uso desses parâmetros deveriam, ainda, ser ajustados para que 85% dos recursos do FPE fossem entregues às Regiões Nordeste e Norte e aos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com os 15% restantes cabendo às Regiões Sudeste e Sul e ao Distrito Federal. Tratar-se-ia de mudança em relação ao atual critério de regionalização, no qual o Centro-Oeste como um todo é equiparado às duas primeiras regiões. Há previsão de um período de transição de seis anos para a plena aplicação do novo modelo de rateio do FPE.

3. PLS Nº 744, DE 2011

A iniciativa do Senador Marcelo Crivella propõe três diretrizes:

- a) a devolutiva;
- b) a preventiva;
- c) a redistributiva.

À primeira é atribuída primazia absoluta, de tal forma que as duas outras diretrizes somente seriam contempladas no caso de sobra de recursos.

A diretriz devolutiva estipula que o FPE reporia até 20% da contribuição de cada ente para o montante arrecadado pela União. Os tributos computados na arrecadação da União seriam o IR, o IPI, o IOF, e a CIDE – Combustíveis, deduzidas as cotas-parte de cada ente no IOF – Ouro, no IPI – Exportação, na CIDE – Combustíveis e na compensação pela não incidência do ICMS nos produtos primários e semielaborados, assim como os auxílios financeiros para fomentar as exportações.

4. PLS Nº 761, DE 2011

A iniciativa do Senador Ricardo Ferraço propõe as seguintes regras de rateio:

- a) 35% proporcionalmente ao inverso da renda domiciliar *per capita* do ente federativo;
- b) 10% proporcionalmente à participação relativa da população do estado na população total do País;
- c) 20% proporcionalmente à participação relativa da área do estado na área total do País;
- d) 35% a ser igualmente dividida entre todos os entes.

A nova sistemática seria implantada de forma gradativa ao longo de cinco anos. Além do mais, o projeto propõe um fundo de estabilização do FPE, criando uma vertente contracíclica na sua distribuição.

5. PLS Nº 35, DE 2012

A iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira retoma as regras e percentuais empregados no Código Tributário Nacional (CTN), quais sejam:

- a) 5% proporcionalmente à área de cada ente;
- b) 95% proporcionalmente ao resultado da multiplicação das seguintes participações:

- da quantidade de habitantes do estado na população brasileira;
- do inverso do produto econômico por habitante do estado no somatório de todos os inversos.

Houve três mudanças em relação ao contido no CTN:

- a) a renda é substituída pelo PIB, conforme prática corrente;
- b) as contas regionais passam a ser apuradas pelo IBGE, outra prática corrente;
- c) os fatores representativos da população e PIB correspondem às respectivas participações relativas, sem piso, tetos ou classes.

O projeto não prevê transição do atual modelo de rateio para o novo uma vez que o primeiro foi julgado inconstitucional.

6. PLS Nº 89, DE 2012

A iniciativa do Senador João Vicente Claudino distribui os recursos do FPE segundo dois grandes blocos:

- a) 80% para todos os estados;
- b) 20% para os estados nortistas e nordestinos.

As regras de rateio de cada parcela são:

- a) 5% proporcionalmente à superfície de cada estado;
- b) 95% proporcionalmente ao resultado do produto do fator representativo da população pelo fator representativo do inverso da renda *per capita* de cada estado.

Retoma-se o modelo do CTN, com seus pisos, tetos e classes. Além do mais, prevê-se a diminuição em 50% dos coeficientes de

participação iguais ou superiores a 10% no rateio da parcela destinada às Regiões Norte e Nordeste.

7. PLS Nº 100, DE 2012

A iniciativa do Senador Francisco Dornelles propõe as seguintes regras de rateio:

- a) 5% proporcionalmente à extensão territorial;
- b) 10% proporcionalmente à arrecadação do IR e do IPI no território de cada ente participante;
- c) 15% proporcionalmente à população;
- d) 70% proporcionalmente ao inverso do PIB *per capita*.

A parcela relativa à participação de cada ente na arrecadação da União seria calculada com base na média dos valores apurados nos cinco exercícios anteriores. No caso da parcela relativa à participação de cada ente na população, há um piso de 4,5% e um teto de 8%. Na distribuição da parcela baseada no inverso do PIB *per capita*, aplica-se um redutor quando essa medida for superior à média nacional.

O projeto prevê uma transição de dois anos para o novo modelo, pois em 2013 e 2014 seria aplicada a sistemática utilizada em 2012. Além do mais, pretende-se que a União compense os entes que recebam, no período de 2015 a 2019, cotas-parte menores que as recebidas em 2014.

8. PLS Nº 114, DE 2012

A iniciativa do Senador Cristovam Buarque mantém o critério regional tradicional, destinando 85% às Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, e 15% às Regiões Sudeste e Sul. As regras de rateio são as seguintes:

- a) 15% proporcionalmente ao inverso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- b) 15% proporcionalmente à evolução bienal do IDEB;

- c) 30% proporcionalmente à população;
- d) 40% proporcionalmente ao inverso do PIB *per capita*.

Há previsão de um período de transição entre a nova sistemática e a sistemática baseada no Anexo Único da Lei Complementar nº 62, de 1989.

9. PLS Nº 220, DE 2012

A iniciativa do Senador Lindbergh Farias propõe as seguintes regras de rateio:

- a) 65% proporcionalmente à diferença, calculada para quatro anos, entre a receita disponível por habitante de cada ente e a maior receita disponível por habitante entre todos os entes;
- b) 10% proporcionalmente ao inverso da razão, calculada para quatro anos, entre a receita disponível e o PIB de cada ente;
- c) 5% proporcionalmente à razão entre a variação do montante arrecadado pelo próprio ente e a variação do montante arrecadado pela União no seu território;
- d) 20% proporcionalmente à razão, calculada para quatro anos, entre o montante arrecadado pela União no território de cada ente e o montante nacional.

O projeto prevê que, no período de 2013 a 2017, as perdas financeiras eventualmente incorridas por algum governo estadual serão compensadas com abatimentos no serviço da dívida refinanciada pela Lei nº 9.496, de 1997. Também há a incidência de redutores sobre a diferença entre a receita disponível por habitante de cada ente e a maior receita disponível por habitante dentre todos os entes sempre que a primeira medida supere a média nacional. Com essa transformação, diminui-se a participação dos entes com receitas elevadas na partilha do FPE. Além do mais, fixa-se um teto de 20% para qualquer participação no montante partilhado conforme o critério devolutivo, dividindo-se o excedente entre os demais estados

conforme a diferença entre a receita disponível por habitante de cada ente e a maior receita disponível por habitante dentre todos os entes.

ANEXO II: RATEIOS PROPOSTOS

TABELA 1: COEFICIENTES PROPOSTOS E ATUAIS

| UF | PLS 192/11 ANEXO | PLS 192/11 | PLS 289/11 | PLS 744/11 DEVOLUTIVO | PLS 761/11 |
|--------------|---------------------|----------------|----------------|--------------------------|----------------|
| AC | 4,077 | 4,127 | 4,871 | 0,027 | 2,859 |
| AL | 5,342 | 4,550 | 5,095 | 0,097 | 3,507 |
| AM | 3,240 | 3,430 | 4,585 | 0,788 | 6,700 |
| AP | 3,678 | 3,778 | 4,559 | 0,024 | 3,118 |
| BA | 5,924 | 5,917 | 5,317 | 0,977 | 4,982 |
| CE | 6,664 | 6,523 | 4,862 | 0,741 | 3,840 |
| DF | 1,058 | 1,023 | 1,232 | 13,903 | 1,952 |
| ES | 1,321 | 1,322 | 1,427 | 0,835 | 2,647 |
| GO | 3,312 | 3,446 | 3,160 | 0,724 | 3,477 |
| MA | 7,488 | 5,647 | 5,580 | 0,133 | 4,394 |
| MG | 3,170 | 4,934 | 2,769 | 4,785 | 4,767 |
| MS | 3,181 | 3,340 | 3,047 | 0,102 | 3,278 |
| MT | 1,505 | 1,521 | 3,480 | – | 4,670 |
| PA | 6,277 | 6,199 | 5,405 | – | 6,369 |
| PB | 5,084 | 4,941 | 4,385 | 0,201 | 3,213 |
| PE | 6,122 | 6,099 | 4,566 | 1,210 | 3,709 |
| PI | 6,219 | 5,139 | 5,289 | 0,096 | 3,751 |
| PR | 1,430 | 1,444 | 1,895 | 4,040 | 3,227 |
| RJ | 1,338 | 1,337 | 2,119 | 18,669 | 3,042 |
| RN | 4,356 | 5,724 | 3,980 | 0,197 | 3,053 |
| RO | 3,673 | 3,778 | 4,244 | 0,067 | 3,151 |
| RR | 3,663 | 3,795 | 4,103 | 0,020 | 3,192 |
| RS | 1,341 | 1,351 | 1,871 | 4,131 | 3,357 |
| SC | 1,294 | 1,299 | 1,471 | 2,010 | 2,625 |
| SE | 4,017 | 4,069 | 3,907 | 0,176 | 2,919 |
| SP | 1,235 | 1,223 | 2,215 | 46,045 | 4,875 |
| TO | 3,992 | 4,045 | 4,566 | 0,003 | 3,329 |
| TOTAL | 100,000 | 100,000 | 100,000 | 100,000 | 100,000 |

Continua

TABELA 1: COEFICIENTES PROPOSTOS E ATUAIS

Continuação

| UF | PLS 35/12 | PLS 89/12 | PLS 100/12 | PLS 114/12 | PLS 220/12 | ATUAL |
|--------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|
| AC | 0,552 | 3,4171 | 3,7245 | 2,9962 | 3,477 | 3,4210 |
| AL | 3,140 | 5,9331 | 5,5149 | 5,2248 | 4,371 | 4,1601 |
| AM | 2,472 | 3,1771 | 3,7235 | 3,4752 | 3,093 | 2,7904 |
| AP | 0,462 | 2,7613 | 3,3970 | 3,2308 | 3,486 | 3,4120 |
| BA | 10,760 | 9,1278 | 5,0284 | 6,4013 | 4,624 | 9,3962 |
| CE | 7,496 | 6,5581 | 5,0293 | 5,6224 | 4,701 | 7,3369 |
| DF | 0,352 | 0,5040 | 1,6715 | 2,2915 | 2,164 | 0,6902 |
| ES | 1,110 | 1,0241 | 1,4304 | 1,2554 | 1,090 | 1,5000 |
| GO | 3,106 | 2,3005 | 3,2014 | 4,2022 | 3,633 | 2,8431 |
| MA | 6,910 | 6,5179 | 5,7997 | 5,7166 | 4,712 | 7,2182 |
| MG | 8,928 | 4,4526 | 4,0357 | 2,5679 | 4,463 | 4,4545 |
| MS | 1,286 | 1,8386 | 2,9198 | 2,9175 | 1,616 | 1,3320 |
| MT | 1,586 | 1,7610 | 2,4431 | 2,6499 | 1,899 | 2,3079 |
| PA | 6,645 | 6,0244 | 5,1563 | 6,0330 | 4,255 | 6,1120 |
| PB | 3,453 | 6,0967 | 5,0740 | 4,9122 | 4,261 | 4,7889 |
| PE | 6,857 | 5,6061 | 4,5413 | 5,6783 | 4,279 | 6,9002 |
| PI | 3,766 | 6,4271 | 6,4351 | 5,7727 | 4,043 | 4,3214 |
| PR | 3,963 | 2,5372 | 2,7896 | 1,7689 | 4,518 | 2,8832 |
| RJ | 4,636 | 2,1091 | 3,0882 | 2,2444 | 5,254 | 1,5277 |
| RN | 2,439 | 4,3488 | 4,3349 | 4,4899 | 3,906 | 4,1779 |
| RO | 0,953 | 2,7075 | 3,2377 | 3,3294 | 3,234 | 2,8156 |
| RR | 0,369 | 2,6988 | 3,2498 | 2,7914 | 3,313 | 2,4807 |
| RS | 3,793 | 2,4715 | 2,5854 | 1,7896 | 3,920 | 2,3548 |
| SC | 1,968 | 1,0974 | 1,5432 | 1,2639 | 3,313 | 1,2798 |
| SE | 1,331 | 3,3316 | 3,7009 | 4,0382 | 3,760 | 4,1553 |
| SP | 10,663 | 1,7874 | 2,6429 | 4,1099 | 4,779 | 1,0000 |
| TO | 1,007 | 3,3831 | 3,7013 | 3,2264 | 3,836 | 4,3400 |
| TOTAL | 100,000 | 100,000 | 100,0000 | 100,000 | 100,000 | 100,0000 |

Fonte: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Nota: o PLS 192/2011 apresenta contradições entre os comandos contidos no corpo do texto e no seu Anexo II; dessa forma, cada rol de coeficientes apresentado corresponde a uma das possíveis interpretações.

TABELA 2: VARIAÇÃO PERCENTUAL

| UF | PLS 192/11 ANEXO | PLS 192/11 | PLS 289/11 | PLS 744/11 DEVOLUTIVO | PLS 761/11 |
|--------------|---------------------|-------------|-------------|--------------------------|-------------|
| AC | 19,2% | 20,6% | 42,4% | -99,2% | -16,4% |
| AL | 28,4% | 9,4% | 22,5% | -97,7% | -15,7% |
| AM | 16,1% | 22,9% | 64,3% | -71,8% | 140,1% |
| AP | 7,8% | 10,7% | 33,6% | -99,3% | -8,6% |
| BA | -37,0% | -37,0% | -43,4% | -89,6% | -47,0% |
| CE | -9,2% | -11,1% | -33,7% | -89,9% | -47,7% |
| DF | 53,3% | 48,2% | 78,5% | 1.914,3% | 182,8% |
| ES | -11,9% | -11,9% | -4,9% | -44,3% | 76,5% |
| GO | 16,5% | 21,2% | 11,1% | -74,5% | 22,3% |
| MA | 3,7% | -21,8% | -22,7% | -98,2% | -39,1% |
| MG | -28,8% | 10,8% | -37,8% | 7,4% | 7,0% |
| MS | 138,8% | 150,8% | 128,8% | -92,3% | 146,1% |
| MT | -34,8% | -34,1% | 50,8% | -100,0% | 102,3% |
| PA | 2,7% | 1,4% | -11,6% | -100,0% | 4,2% |
| PB | 6,2% | 3,2% | -8,4% | -95,8% | -32,9% |
| PE | -11,3% | -11,6% | -33,8% | -82,5% | -46,2% |
| PI | 43,9% | 18,9% | 22,4% | -97,8% | -13,2% |
| PR | -50,4% | -49,9% | -34,3% | 40,1% | 11,9% |
| RJ | -12,4% | -12,5% | 38,7% | 1.122,0% | 99,1% |
| RN | 4,3% | 37,0% | -4,7% | -95,3% | -26,9% |
| RO | 30,5% | 34,2% | 50,7% | -97,6% | 11,9% |
| RR | 47,7% | 53,0% | 65,4% | -99,2% | 28,7% |
| RS | -43,1% | -42,6% | -20,5% | 75,4% | 42,6% |
| SC | 1,1% | 1,5% | 14,9% | 57,1% | 105,1% |
| SE | -3,3% | -2,1% | -6,0% | -95,8% | -29,8% |
| SP | 23,5% | 22,3% | 121,5% | 4.504,5% | 387,5% |
| TO | -8,0% | -6,8% | 5,2% | -99,9% | -23,3% |
| TOTAL | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |

Continua

TABELA 2: VARIAÇÃO PERCENTUAL

Continuação

| UF | PLS 35/12 | PLS 89/12 | PLS 100/12 | PLS 114/12 | PLS 220/12 |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| AC | -83,9% | -0,1% | 8,9% | -12,4% | 1,6% |
| AL | -24,5% | 42,6% | 32,6% | 25,6% | 5,1% |
| AM | -11,4% | 13,9% | 33,4% | 24,5% | 10,8% |
| AP | -86,5% | -19,1% | -0,4% | -5,3% | 2,2% |
| BA | 14,5% | -2,9% | -46,5% | -31,9% | -50,8% |
| CE | 2,2% | -10,6% | -31,5% | -23,4% | -35,9% |
| DF | -49,0% | -27,0% | 142,2% | 232,0% | 213,5% |
| ES | -26,0% | -31,7% | -4,6% | -16,3% | -27,3% |
| GO | 9,2% | -19,1% | 12,6% | 47,8% | 27,8% |
| MA | -4,3% | -9,7% | -19,7% | -20,8% | -34,7% |
| MG | 100,4% | 0,0% | -9,4% | -42,4% | 0,2% |
| MS | -3,5% | 38,0% | 119,2% | 119,0% | 21,3% |
| MT | -31,3% | -23,7% | 5,9% | 14,8% | -17,7% |
| PA | 8,7% | -1,4% | -15,6% | -1,3% | -30,4% |
| PB | -27,9% | 27,3% | 6,0% | 2,6% | -11,0% |
| PE | -0,6% | -18,8% | -34,2% | -17,7% | -38,0% |
| PI | -12,9% | 48,7% | 48,9% | 33,6% | -6,4% |
| PR | 37,5% | -12,0% | -3,2% | -38,6% | 56,7% |
| RJ | 203,5% | 38,1% | 102,1% | 46,9% | 243,9% |
| RN | -41,6% | 4,1% | 3,8% | 7,5% | -6,5% |
| RO | -66,2% | -3,8% | 15,0% | 18,2% | 14,9% |
| RR | -85,1% | 8,8% | 31,0% | 12,5% | 33,6% |
| RS | 61,1% | 5,0% | 9,8% | -24,0% | 66,5% |
| SC | 53,8% | -14,3% | 20,6% | -1,2% | 158,9% |
| SE | -68,0% | -19,8% | -10,9% | -2,8% | -9,5% |
| SP | 966,3% | 78,7% | 164,3% | 311,0% | 377,9% |
| TO | -76,8% | -22,0% | -14,7% | -25,7% | -11,6% |
| TOTAL | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Nota: o PLS 192/2011 apresenta contradições entre os comandos contidos no corpo do texto e no seu Anexo II; dessa forma, cada rol de coeficientes apresentado corresponde a uma das possíveis interpretações.

TABELA 3: DIFERENÇAS ABSOLUTAS

(para 2012, 0,01 = R\$ 7 milhões)

| UF | PLS 192/11 ANEXO | PLS 192/11 | PLS 289/11 | PLS 744/11 DEVOLUTIVO | PLS 761/11 |
|--------------|---------------------|--------------|--------------|--------------------------|--------------|
| AC | 0,656 | 0,706 | 1,450 | -3,394 | -0,562 |
| AL | 1,182 | 0,390 | 0,935 | -4,063 | -0,653 |
| AM | 0,450 | 0,640 | 1,795 | -2,002 | 3,910 |
| AP | 0,266 | 0,366 | 1,147 | -3,388 | -0,294 |
| BA | -3,472 | -3,479 | -4,079 | -8,419 | -4,414 |
| CE | -0,673 | -0,814 | -2,475 | -6,596 | -3,497 |
| DF | 0,368 | 0,333 | 0,542 | 13,213 | 1,262 |
| ES | -0,179 | -0,178 | -0,073 | -0,665 | 1,147 |
| GO | 0,469 | 0,603 | 0,317 | -2,119 | 0,634 |
| MA | 0,270 | -1,571 | -1,638 | -7,085 | -2,824 |
| MG | -1,285 | 0,480 | -1,686 | 0,331 | 0,313 |
| MS | 1,849 | 2,008 | 1,715 | -1,230 | 1,946 |
| MT | -0,803 | -0,787 | 1,172 | -2,308 | 2,362 |
| PA | 0,165 | 0,087 | -0,707 | -6,112 | 0,257 |
| PB | 0,295 | 0,152 | -0,404 | -4,588 | -1,576 |
| PE | -0,778 | -0,801 | -2,334 | -5,690 | -3,191 |
| PI | 1,898 | 0,818 | 0,968 | -4,225 | -0,570 |
| PR | -1,453 | -1,439 | -0,988 | 1,157 | 0,344 |
| RJ | -0,190 | -0,191 | 0,591 | 17,141 | 1,514 |
| RN | 0,178 | 1,546 | -0,198 | -3,981 | -1,125 |
| RO | 0,857 | 0,962 | 1,428 | -2,749 | 0,335 |
| RR | 1,182 | 1,314 | 1,622 | -2,461 | 0,711 |
| RS | -1,014 | -1,004 | -0,484 | 1,776 | 1,002 |
| SC | 0,014 | 0,019 | 0,191 | 0,730 | 1,345 |
| SE | -0,138 | -0,086 | -0,248 | -3,979 | -1,236 |
| SP | 0,235 | 0,223 | 1,215 | 45,045 | 3,875 |
| TO | -0,348 | -0,295 | 0,226 | -4,337 | -1,011 |
| TOTAL | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 |

Continua

TABELA 3: DIFERENÇAS ABSOLUTAS

Continuação (para 2012, 0,01 = R\$ 7 milhões)

| UF | PLS 35/12 | PLS 89/12 | PLS 100/12 | PLS 114/12 | PLS 220/12 |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| AC | -2,869 | -0,004 | 0,304 | -0,425 | 0,056 |
| AL | -1,020 | 1,773 | 1,355 | 1,065 | 0,211 |
| AM | -0,318 | 0,387 | 0,933 | 0,685 | 0,303 |
| AP | -2,950 | -0,651 | -0,015 | -0,181 | 0,074 |
| BA | 1,364 | -0,268 | -4,368 | -2,995 | -4,772 |
| CE | 0,159 | -0,779 | -2,308 | -1,715 | -2,636 |
| DF | -0,338 | -0,186 | 0,981 | 1,601 | 1,474 |
| ES | -0,390 | -0,476 | -0,070 | -0,245 | -0,410 |
| GO | 0,263 | -0,543 | 0,358 | 1,359 | 0,790 |
| MA | -0,308 | -0,700 | -1,419 | -1,502 | -2,506 |
| MG | 4,474 | -0,002 | -0,419 | -1,887 | 0,008 |
| MS | -0,046 | 0,507 | 1,588 | 1,586 | 0,284 |
| MT | -0,722 | -0,547 | 0,135 | 0,342 | -0,409 |
| PA | 0,533 | -0,088 | -0,956 | -0,079 | -1,857 |
| PB | -1,336 | 1,308 | 0,285 | 0,123 | -0,528 |
| PE | -0,043 | -1,294 | -2,359 | -1,222 | -2,621 |
| PI | -0,555 | 2,106 | 2,114 | 1,451 | -0,278 |
| PR | 1,080 | -0,346 | -0,094 | -1,114 | 1,635 |
| RJ | 3,108 | 0,581 | 1,561 | 0,717 | 3,726 |
| RN | -1,739 | 0,171 | 0,157 | 0,312 | -0,272 |
| RO | -1,863 | -0,108 | 0,422 | 0,514 | 0,418 |
| RR | -2,112 | 0,218 | 0,769 | 0,311 | 0,832 |
| RS | 1,438 | 0,117 | 0,231 | -0,565 | 1,565 |
| SC | 0,688 | -0,182 | 0,263 | -0,016 | 2,033 |
| SE | -2,824 | -0,824 | -0,454 | -0,117 | -0,395 |
| SP | 9,663 | 0,787 | 1,643 | 3,110 | 3,779 |
| TO | -3,333 | -0,957 | -0,639 | -1,114 | -0,504 |
| TOTAL | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 |

Fonte: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Nota: o PLS 192/2011 apresenta contradições entre os comandos contidos no corpo do texto e no seu Anexo II; dessa forma, cada rol de coeficientes apresentado corresponde a uma das possíveis interpretações.

ANEXO III: COEFICIENTES INCIDENTES SOBRE O EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
[POPULAÇÃO COM PISO = 0,01 E TETO = 0,07; VR = 71% DA RDPC NACIONAL]

| UF | POP. 2011 | % POP. | TETO | PISO | FATOR POP. | RDPC 2010 | INV. RDPC | FATOR RDPC | FATOR INICIAL | DIF. RDPC REF. | DESC. | FATOR FINAL | COEF. LONGO PRAZO |
|--------------|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|----------|---------------|-------------------|
| AC | 746.386 | 0,0039 | 0,0039 | 0,0100 | 0,0060 | 471,00 | 0,002123 | 0,0208 | 0,0269 | -0,0069 | - | 0,0269 | 3,6394% |
| AL | 3.143.384 | 0,0163 | 0,0163 | 0,0163 | 0,0099 | 378,00 | 0,002646 | 0,0259 | 0,0358 | -0,2030 | - | 0,0358 | 4,8519% |
| AM | 3.538.387 | 0,0184 | 0,0184 | 0,0184 | 0,0111 | 457,00 | 0,002188 | 0,0215 | 0,0326 | -0,0364 | - | 0,0326 | 4,4120% |
| AP | 684.309 | 0,0036 | 0,0036 | 0,0100 | 0,0060 | 525,00 | 0,001905 | 0,0187 | 0,0247 | 0,1069 | 0,1069 | 0,0221 | 2,9910% |
| BA | 14.097.534 | 0,0733 | 0,0730 | 0,0700 | 0,0422 | 423,00 | 0,002364 | 0,0232 | 0,0654 | -0,1081 | - | 0,0654 | 8,8649% |
| CE | 8.530.155 | 0,0443 | 0,0443 | 0,0443 | 0,0267 | 395,00 | 0,002532 | 0,0248 | 0,0516 | -0,1672 | - | 0,0516 | 6,9898% |
| DF | 2.609.998 | 0,0136 | 0,0136 | 0,0136 | 0,0082 | 1.404,00 | 0,000712 | 0,0070 | 0,0152 | 1,9603 | 1,0000 | 0,0050 | 0,6777% |
| ES | 3.547.055 | 0,0184 | 0,0184 | 0,0184 | 0,0111 | 691,00 | 0,001447 | 0,0142 | 0,0253 | 0,4569 | 0,4569 | 0,0137 | 1,8631% |
| GO | 6.080.716 | 0,0316 | 0,0316 | 0,0316 | 0,0191 | 685,00 | 0,001460 | 0,0143 | 0,0334 | 0,4443 | 0,4443 | 0,0185 | 2,5142% |
| MA | 6.645.761 | 0,0345 | 0,0345 | 0,0345 | 0,0208 | 319,00 | 0,003135 | 0,0307 | 0,0516 | -0,3274 | - | 0,0516 | 6,9906% |
| MG | 19.728.701 | 0,1026 | 0,0730 | 0,0700 | 0,0422 | 641,00 | 0,001560 | 0,0153 | 0,0575 | 0,3515 | 0,3515 | 0,0373 | 5,0557% |
| MS | 2.477.542 | 0,0129 | 0,0129 | 0,0129 | 0,0078 | 676,00 | 0,001479 | 0,0145 | 0,0223 | 0,4253 | 0,4253 | 0,0128 | 1,7350% |
| MT | 3.075.936 | 0,0160 | 0,0160 | 0,0160 | 0,0096 | 652,00 | 0,001534 | 0,0150 | 0,0247 | 0,3747 | 0,3747 | 0,0154 | 2,0920% |
| PA | 7.688.593 | 0,0400 | 0,0400 | 0,0400 | 0,0241 | 383,00 | 0,002611 | 0,0256 | 0,0497 | -0,1925 | - | 0,0497 | 6,7376% |
| PB | 3.791.315 | 0,0197 | 0,0197 | 0,0197 | 0,0119 | 412,00 | 0,002427 | 0,0238 | 0,0357 | -0,1313 | - | 0,0357 | 4,8371% |
| PE | 8.864.906 | 0,0461 | 0,0461 | 0,0461 | 0,0278 | 442,00 | 0,002262 | 0,0222 | 0,0500 | -0,0681 | - | 0,0500 | 6,7743% |
| PI | 3.140.328 | 0,0163 | 0,0163 | 0,0163 | 0,0098 | 367,00 | 0,002725 | 0,0267 | 0,0366 | -0,2262 | - | 0,0366 | 4,9560% |
| PR | 10.512.349 | 0,0546 | 0,0546 | 0,0546 | 0,0330 | 747,00 | 0,001339 | 0,0131 | 0,0461 | 0,5750 | 0,5750 | 0,0196 | 2,6547% |
| RJ | 16.112.678 | 0,0838 | 0,0730 | 0,0700 | 0,0422 | 861,00 | 0,001161 | 0,0114 | 0,0536 | 0,8154 | 0,8154 | 0,0099 | 1,3415% |
| RN | 3.198.657 | 0,0166 | 0,0166 | 0,0166 | 0,0100 | 475,00 | 0,002105 | 0,0206 | 0,0307 | 0,0015 | 0,0015 | 0,0306 | 4,1511% |
| RO | 1.576.455 | 0,0082 | 0,0082 | 0,0100 | 0,0060 | 566,00 | 0,001767 | 0,0173 | 0,0234 | 0,1934 | 0,1934 | 0,0188 | 2,5535% |
| RR | 460.165 | 0,0024 | 0,0024 | 0,0100 | 0,0060 | 556,00 | 0,001799 | 0,0176 | 0,0237 | 0,1723 | 0,1723 | 0,0196 | 2,6552% |
| RS | 10.733.030 | 0,0558 | 0,0558 | 0,0558 | 0,0337 | 810,00 | 0,001235 | 0,0121 | 0,0458 | 0,7079 | 0,7079 | 0,0134 | 1,8119% |
| SC | 6.317.054 | 0,0328 | 0,0328 | 0,0328 | 0,0198 | 843,00 | 0,001186 | 0,0116 | 0,0314 | 0,7774 | 0,7774 | 0,0070 | 0,9484% |
| SE | 2.089.819 | 0,0109 | 0,0109 | 0,0109 | 0,0066 | 453,00 | 0,002208 | 0,0216 | 0,0282 | -0,0449 | - | 0,0282 | 3,8221% |
| SP | 41.587.182 | 0,2162 | 0,0730 | 0,0700 | 0,0422 | 887,00 | 0,001127 | 0,0111 | 0,0533 | 0,8702 | 0,8702 | 0,0069 | 0,9373% |
| TO | 1.400.892 | 0,0073 | 0,0073 | 0,0100 | 0,0060 | 512,00 | 0,001953 | 0,0192 | 0,0252 | 0,0795 | 0,0795 | 0,0232 | 3,1419% |
| TOTAL | 192.379.287 | 1,0000 | 0,8162 | 0,8289 | 0,5000 | 668,00 | 0,050989 | 0,5000 | 1,0000 | - | - | 0,7378 | 100,00% |

Fonte: elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal.

ANEXO IV: EVOLUÇÃO DO RATEIO PROPOSTO

[POPULAÇÃO COM PISO = 0,01 E TETO = 0,07; VR = 71% DA RDPC NACIONAL]

| UF | ATUAL | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | LONGO PRAZO |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| AC | 0,0342 | 0,0342 | 0,0342 | 0,0342 | 0,0342 | 0,0343 | 0,0364 |
| AL | 0,0416 | 0,0416 | 0,0416 | 0,0416 | 0,0417 | 0,0418 | 0,0485 |
| AM | 0,0279 | 0,0279 | 0,0279 | 0,0279 | 0,0281 | 0,0284 | 0,0441 |
| AP | 0,0341 | 0,0341 | 0,0341 | 0,0341 | 0,0341 | 0,0340 | 0,0299 |
| BA | 0,0940 | 0,0940 | 0,0940 | 0,0940 | 0,0939 | 0,0938 | 0,0886 |
| CE | 0,0734 | 0,0734 | 0,0734 | 0,0734 | 0,0733 | 0,0733 | 0,0699 |
| DF | 0,0069 | 0,0069 | 0,0069 | 0,0069 | 0,0069 | 0,0069 | 0,0068 |
| ES | 0,0150 | 0,0150 | 0,0150 | 0,0150 | 0,0151 | 0,0151 | 0,0186 |
| GO | 0,0284 | 0,0284 | 0,0284 | 0,0284 | 0,0284 | 0,0283 | 0,0251 |
| MA | 0,0722 | 0,0722 | 0,0722 | 0,0722 | 0,0721 | 0,0721 | 0,0699 |
| MG | 0,0445 | 0,0445 | 0,0445 | 0,0445 | 0,0446 | 0,0447 | 0,0506 |
| MS | 0,0133 | 0,0133 | 0,0133 | 0,0133 | 0,0134 | 0,0134 | 0,0173 |
| MT | 0,0231 | 0,0231 | 0,0231 | 0,0231 | 0,0230 | 0,0230 | 0,0209 |
| PA | 0,0611 | 0,0611 | 0,0611 | 0,0611 | 0,0612 | 0,0613 | 0,0674 |
| PB | 0,0479 | 0,0479 | 0,0479 | 0,0479 | 0,0479 | 0,0479 | 0,0484 |
| PE | 0,0690 | 0,0690 | 0,0690 | 0,0690 | 0,0690 | 0,0690 | 0,0677 |
| PI | 0,0432 | 0,0432 | 0,0432 | 0,0432 | 0,0433 | 0,0434 | 0,0496 |
| PR | 0,0288 | 0,0288 | 0,0288 | 0,0288 | 0,0288 | 0,0288 | 0,0265 |
| RJ | 0,0153 | 0,0153 | 0,0153 | 0,0153 | 0,0152 | 0,0152 | 0,0134 |
| RN | 0,0418 | 0,0418 | 0,0418 | 0,0418 | 0,0418 | 0,0418 | 0,0415 |
| RO | 0,0282 | 0,0282 | 0,0282 | 0,0282 | 0,0281 | 0,0281 | 0,0255 |
| RR | 0,0248 | 0,0248 | 0,0248 | 0,0248 | 0,0248 | 0,0249 | 0,0266 |
| RS | 0,0235 | 0,0235 | 0,0235 | 0,0235 | 0,0235 | 0,0234 | 0,0181 |
| SC | 0,0128 | 0,0128 | 0,0128 | 0,0128 | 0,0127 | 0,0127 | 0,0095 |
| SE | 0,0416 | 0,0416 | 0,0416 | 0,0416 | 0,0415 | 0,0415 | 0,0382 |
| SP | 0,0100 | 0,0100 | 0,0100 | 0,0100 | 0,0100 | 0,0100 | 0,0094 |
| TO | 0,0434 | 0,0434 | 0,0434 | 0,0434 | 0,0432 | 0,0431 | 0,0314 |
| TOTAL | 1,0000 | 1,0000 | 1,0000 | 1,0000 | 1,0000 | 1,0000 | 1,0000 |

Fonte: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Nota: crescimento real do PIB e da arrecadação de IR e IPI = 3% a.a.

ANEXO V: DIFERENÇA ENTRE ATUAL E PROPOSTO

[POPULAÇÃO COM PISO = 0,01 E TETO = 0,07; VR = 71% DA RDPC NACIONAL]

| UF | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|---------------|
| AC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | 0,0001 |
| AL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0001 | 0,0002 |
| AM | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0002 | 0,0005 |
| AP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -0,0001 | -0,0001 |
| BA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -0,0001 | -0,0002 |
| CE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -0,0001 | -0,0001 |
| DF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 |
| ES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0001 | 0,0001 |
| GO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | -0,0001 |
| MA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | -0,0001 |
| MG | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0001 | 0,0002 |
| MS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0001 | 0,0001 |
| MT | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | -0,0001 |
| PA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0001 | 0,0002 |
| PB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 |
| PE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 |
| PI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0001 | 0,0002 |
| PR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | -0,0001 |
| RJ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | -0,0001 |
| RN | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 |
| RO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | -0,0001 |
| RR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | 0,0001 |
| RS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -0,0001 | -0,0002 |
| SC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | -0,0001 |
| SE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | -0,0001 |
| SP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 |
| TO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -0,0002 | -0,0003 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 |

Fonte: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Nota: crescimento real do PIB e da arrecadação de IR e IPI = 3% a.a.